



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM LOGÍSTICA**

PAULO HENRIQUE SANTOS COSTA

**IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS PROVOCADOS COM A
IMPLANTAÇÃO DO IFTO – CAMPUS PORTO NACIONAL**

**PORTO NACIONAL - TO
2018**

PAULO HENRIQUE SANTOS COSTA

**IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS PROVOCADOS COM A
IMPLANTAÇÃO DO IFTO – CAMPUS PORTO NACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Logística do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – campus Porto Nacional, para obtenção do grau de Tecnólogo em Logística.

Orientador: Prof. Esp. Januário Neto Pereira Sarmiento.

**PORTO NACIONAL - TO
2018**


PAULO HENRIQUE SANTOS COSTA

**IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS PROVOCADOS COM A
IMPLANTAÇÃO DO IFTO – CAMPUS PORTO NACIONAL**

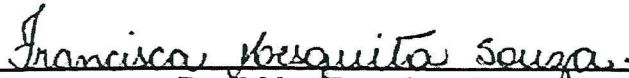
Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do curso de
Tecnologia em Logística do Instituto Federal
de Educação, Ciência e Tecnologia do
Tocantins – campus Porto Nacional, para
obtenção do grau de Tecnólogo em
Logística.

Aprovado em: 17 / 12 / 2018


BANCA AVALIADORA



Prof^o Esp. Januário Neto Pereira Sarmiento (Orientador)
IFTO – ~~Campus~~ Porto Nacional



Prof^ª Ma. Francisca Mesquita Souza
IFTO – ~~Campus~~ Porto Nacional



Prof^o Esp. Leandro Maluf
IFTO – ~~Campus~~ Porto Nacional

Dedico a meus pais (*in memoriam*), esposa e filhos pelo apoio e compreensão durante a elaboração deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao bondoso Senhor Jesus Cristo pelo sopro de vida, saúde, autoestima e disposição para estudar, e por me guardar durante o trajeto de Brejinho de Nazaré a Porto Nacional durante esses três anos.

A todos os professores do curso de graduação em Tecnologia em Logística do IFTO – campus Porto Nacional.

A minha esposa e filhos pela dedicação, companheirismo e incentivo no decorrer do curso.

Aos meus familiares pelo incentivo e apoio.

A Prof^a Ma. Ordália Guilherme e Prof^o Esp. Januário Neto pela compreensão e auxílio na elaboração deste trabalho.

Despertar interesse e inflamar o entusiasmo é o caminho certo para ensinar facilmente e com sucesso.

Tryon Edwards

RESUMO

O presente trabalho dedica-se a um estudo de caso a respeito dos impactos socioeconômicos e educacionais provocados com a implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins na cidade de Porto Nacional. A necessidade dessa pesquisa surgiu a partir da percepção do quanto esse tipo de estudo pode contribuir com informações relevantes para as comunidades interna e externa do campus sobre o tema. Realizou-se o estudo com o objetivo de descrever os principais impactos socioeconômicos e educacionais provocados pela implantação do IFTO em Porto Nacional, a partir do ano de 2010 até 2017. Para tanto, partiu-se de uma pesquisa bibliográfica, seguida do estudo empírico *in loco*, com recorte de dados socioeconômicos e educacionais, o que foi feito por meio de questionário a estudantes (egressos). Verificaram-se diversas contribuições ao mercado de trabalho, com a inserção dos alunos egressos. Essas contribuições são manifestas tanto na comunidade portuense como em outras localidades.

Palavras chave: Impactos socioeconômicos e educacionais. Implantação do IFTO. Egressos. Demandas locais.

ABSTRACT

The present work is devoted to a case study about the socioeconomic and educational impacts caused by the implementation of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Tocantins in the city of Porto Nacional. The need for this research arose from the perception of how much this type of study can contribute with information relevant to the internal and external communities of the campus on the subject. The study was carried out with the objective of describing the main socioeconomic and educational impacts caused by the implantation of the IFTO in Porto Nacional, from 2010 to 2017. For this, a bibliographic research was started, followed by the empirical study in loco, with a clipping of socioeconomic and educational data, which was done through a questionnaire to students (alumni). There were several contributions to the labor market, with the inclusion of graduates. These contributions are evident both in the community of Porto and in other localities.

Keywords: Socioeconomic and educational impacts. Implantation of IFTO. Exit. Local demands.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – IFTO – campus Porto Nacional transformou a regional de Porto Nacional - pág.30

Gráfico 2 – Interesse pelo IFTO - campus Porto Nacional – pág.31

Gráfico 3 – Cursos Investigados – pág.32

Gráfico 4 – Idade dos entrevistados – pág.32

Gráfico 5 – Sexo dos entrevistados – pág.33

Gráfico 6 – Estado civil dos entrevistados – pág.34

Gráfico 7 – Onde reside atualmente – pág.34

Gráfico 8 – Trabalhava antes de ingressar ao IFTO – campus Porto Nacional – pág.35

Gráfico 9 – Formação estudantil anterior – pág.36

Gráfico 10 – Transporte utilizado para estudar no IFTO – campus Porto Nacional – pág.36

Gráfico 11 – Desenvolveu atividade remunerada durante o curso – pág.37

Gráfico 12 – Ocorreu mudanças após a conclusão do curso – pág.38

Gráfico 13 – Sente preparado para o mercado de trabalho – pág.38

Gráfico 14 - Atualmente está trabalhando – pág.39

Gráfico 15 – Atua na área de formação – pág.40

Gráfico 16 – Dificuldades durante o curso – pág.40

Gráfico 17 – Vontade de desistir do curso – pág.41

Gráfico 18 – Continua estudando – pág.42

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Alunos formados: período 2012 a 2017 - pág.29

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IFTO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

PAAI – Plano Anual de Atividades Institucionais

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

IF – Instituto Federal

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

CNE – Conselho Nacional de Educação

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

CORES – Coordenação de Registros Escolares

MOODLE – Sistema online de interação entre alunos e professores utilizado no sistema de ensino a distancia

SIGA – Sistema Integrado de Gestão Acadêmica da Educação Profissional e Tecnológica

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
2.1 Um breve Histórico sobre os Institutos Federais	15
2.2 O IFTO – Campus Porto Nacional	16
2.3 Uma discussão conceitual sobre impactos socioeconômicos e algumas variáveis	17
2.3.1 Acessibilidade..	17
2.3.2 Desigualdades no acesso a escolaridade.....	18
2.3.3 Inclusão educacional.....	19
2.3.4 Empregabilidade dos alunos.....	20
2.4 Uma discussão conceitual sobre impactos educacionais e algumas variáveis	21
2.4.1 Diversidades de cursos como opção de escolha.....	21
2.4.2 Qualidade no conhecimento científico.....	21
2.4.3 Capacitação profissional.....	22
2.4.4 Política de ensino vertical.....	23
2.4.5 Índices de reprovação.....	24
2.4.6 Evasão escolar.....	25
3 METODOLOGIA	27
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	29
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	45
APÊNDICE A: Questionário aplicado aos alunos egressos.....	48

1 INTRODUÇÃO

De acordo o Portal Conexão Tocantins (2018) o município de Porto Nacional possui atividades econômicas centralizadas no setor público, no terciário, no extrativismo, no agronegócio e ainda na informalidade. E, os cursos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins foram escolhidos para atender essa demanda do município e sua regional. Com a finalidade de promover o desenvolvimento educacional e regional sustentável, através do ensino, levando em consideração as demandas da região.

O IFTO, campus Porto Nacional tem ofertado a população desde a sua implantação em 2010 cursos Técnicos em Vendas, em Logística e em Informática e cursos superiores de Tecnologia em Logística e Licenciatura em Computação, além do Ensino Médio Profissional (Meio Ambiente, Informática para Internet e Administração).

Este trabalho traz como recorte temático os impactos socioeconômicos e educacionais provocados com a implantação do IFTO – campus Porto Nacional. No bojo desse recorte, as principais variáveis analisadas são as seguintes: a acessibilidade, desigualdade no acesso a escolaridade, inclusão educacional e empregabilidade dos alunos. Já os impactos educacionais estão pautados em diversidade de cursos como opção de escolha, qualidade no conhecimento científico, capacitação profissional, política de ensino vertical, índice de reprovação e evasão escolar.

A falta de conteúdo a respeito do tema sobre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (identificado pela sigla IFTO), Campus Porto Nacional, constitui a mola propulsora desta pesquisa, que objetiva descrever os impactos socioeconômicos e educacionais presentes na regional de Porto Nacional, com a instalação e funcionamento do IFTO.

A pergunta de investigação utilizada para nortear a referida pesquisa, surge a partir do seguinte questionamento: Quais são os principais impactos socioeconômicos e educacionais que a implementação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO, Campus Porto Nacional tem promovido na região de Porto Nacional?

A expectativa, é que esse estudo se torne conteúdo de pesquisa e embasamento para estudos futuros, para a comunidade externa e interna.

De acordo com Pacheco (2011, p. 12) “nosso objetivo central não é formar um profissional para o mercado, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho – um cidadão que tanto poderia ser um técnico quanto um filósofo, um escritor ou tudo isso”. Assim, a hipótese é que o princípio fundamental do IFTO seja formar cidadão, ser humano pensante com capacidade de tomar decisões a partir de escolhas inteligentes. Interagir com o meio que vive, produzindo resultados e contribuindo para a sociedade, de forma, a participar de uma nova geração de pessoas com visão global do bem comum.

O objetivo geral dessa pesquisa é investigar os principais impactos socioeconômicos e educacionais que a implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO, Campus Porto Nacional vem promovendo e poderá promover na regional de Porto Nacional. E os objetivos específicos são os seguintes:

- ✓ Verificar os aspectos socioeconômicos e educacionais dos egressos antes do ingresso no IFTO;
- ✓ Identificar o perfil dos egressos do IFTO;
- ✓ Investigar os atuais aspectos socioeconômicos e educacionais dos egressos do IFTO.

É fato, que a presença do IFTO na regional de Porto Nacional, facilitou a mobilidade, custo e transportes dos alunos das cidades circunvizinhas, cursarem faculdade, ensino médio-técnico ou técnico. O processo de entrada inicia-se a partir das inscrições, por vários meios de realização. O processo contempla os alunos em situação de vulnerabilidade social, fornecendo bolsas de estudos objetivando garantir a permanência na Instituição.

A metodologia aplicada para realização desse estudo de caso contempla consulta no Projeto Pedagógico de Curso Superior de Tecnologia em Logística do IFTO – Campus Porto Nacional, que apresenta breve histórico sobre IFTO – campus Porto Nacional e ainda no Portal da Prefeitura de Porto Nacional, demonstrando os aspectos que envolvem a criação do campus, por exemplo, mobilização dos setores públicos e produtivos da região, além do seu funcionamento legitimamente estabelecido pelas leis e decretos.

Em seguida, foi realizada uma busca teórico-conceitual dos elementos de estudo dessa pesquisa, os impactos socioeconômicos e educacionais causados na comunidade acadêmica na região de Porto Nacional, que são: acessibilidade,

desigualdade no acesso a escolaridade, inclusão educacional, empregabilidade dos alunos, diversidade de cursos como opção de escolha, qualidade no conhecimento científico, capacitação profissional, política de ensino vertical, taxas de reprovação e evasão escolar.

E a aplicação de questionários para alunos egressos que residem na cidade de Porto Nacional e nas cidades circunvizinhas, como Monte do Carmo, Silvanópolis, Ponte Alta, Brejinho de Nazaré e Palmas. Além de professores, principalmente para aqueles que estudaram no IFTO e hoje compõe o quadro de docentes.

Por fim, para concluir a pesquisa foram investigados os desafios e perspectivas do IFTO para os próximos anos, através de pesquisa investigativa no PAAI (Plano Anual de Atividades Institucionais) – IFTO e PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) – IFTO.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Um breve Histórico sobre os Institutos Federais

O Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Logística do IFTO – Campus Porto Nacional (2010, p.7) descreve que Ato Governamental por parte do então Presidente da República Nilo Peçanha, criou nos meados de 1909 as antigas Escolas de Aprendiz oferecendo cursos profissionalizantes. Outro ato Governamental por meio da Lei 11.892 (BRASIL, 2008), institui os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, conhecidos como IF's que aproveitou as estruturas já existentes das escolas de aprendiz trazendo luz uma nova proposta de ensino profissionalizante.

A Lei 11.892 (BRASIL, 2008), a referida lei apresenta como objetivos dos Institutos Federais: ofertar formação inicial e continuada para os trabalhadores, objetivando preparar os mesmos para as demandas do mercado de trabalho por parte da educação profissionalizante.

Para Pacheco (2011, p.13),

os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são a síntese daquilo que de melhor a Rede Federal construiu ao longo de sua história e das políticas de educação profissional e tecnológica do governo federal. São caracterizados pela ousadia e inovação necessárias a uma política e a um conceito que pretendem antecipar aqui e agora as bases de uma escola contemporânea do futuro e comprometida com uma sociedade radicalmente democrática e socialmente justa.

Para o autor supracitado, as características peculiares dos Institutos Federais apontadas como ousadia e inovação, demonstram um padrão com visão futura que pode adequar à realidade da sociedade de um estado democrático.

Ainda, segundo Pacheco (2011, p.17, 49 e 50)

o foco dos Institutos Federais é a promoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável com vistas à inclusão social, bem como a busca de soluções técnicas e a geração de novas tecnologias. Essas instituições devem responder, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e de suporte aos arranjos produtivos locais.

Os objetivos pelos quais foram traçados para os Institutos Federais remetem aos mesmos, possibilidades de formação de pessoas intelectualmente preparadas para a ciência e para atuar tecnicamente no mercado de trabalho.

As referidas possibilidades estão distribuídas no Estado do Tocantins em 11 (onze) campus. Os campus de Palmas, Araguaína, Araguatins, Colinas do Tocantins, Dianópolis, Gurupi, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional, Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão e Pedro Afonso.

2.2 O IFTO – Campus Porto Nacional

Porto Nacional (2017), afirma que o Campus Porto Nacional nasceu na conjuntura da expansão da rede federal de Educação, Ciência e Tecnologia, regulamentado pela portaria nº 102 de 29 de Janeiro de 2010, do Ministério da Educação, publicada no Diário Oficial da União de 1º de fevereiro de 2010. E que a implantação de um campus do IFTO no município de Porto Nacional partiu das considerações e reivindicações do setor produtivo e, principalmente, do setor público do município. Buscou-se com isso atender a um dos objetivos postos na lei de criação dos institutos: que se refere a possibilitar à região, através da oferta de cursos profissionalizantes, de cursos superiores, inclusive de formação de professores, o atendimento às necessidades locais em favorecimento ao desenvolvimento socioeconômico local e regional.

A respeito da missão do campus de Porto Nacional o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Logística do IFTO – Campus Porto Nacional (2010, p.10) infere que,

o Campus Porto Nacional procurará seguir os princípios, fins e missão propostos no âmbito da educação nacional brasileira, bem como contribuir para a efetivação das metas traçadas no tocante aos Institutos Federais e em específico ao IF do Tocantins. Tomar-se-á o intento de contribuir com a concretização da missão e visão de futuro do IFTO conforme seu Plano de Desenvolvimento Institucional (TOCANTINS, 2009), os quais são respectivamente: Proporcionar desenvolvimento educacional, científico e tecnológico no Estado do Tocantins por meio da formação pessoal e qualificação profissional; Ser referência no ensino, pesquisa e extensão, com ênfase na inovação tecnológica de produtos e serviços, proporcionando o desenvolvimento regional sustentável.

A implantação do campus de Porto Nacional deu-se no ano 2010, mas seu funcionamento ocorreu no segundo semestre do mesmo ano, ofertando os seguintes cursos: curso superior de licenciatura em computação; curso superior de tecnologia em logística; curso técnico em informática subsequente ao ensino médio; curso técnico em logística subsequente ao ensino médio. Atualmente disponibiliza 02(duas) categorias, os técnicos (Integrado Regular e Subsequente) e os superiores. Os técnicos são: Administração, Informática para Internet, Meio Ambiente, Técnico

em Informática e Técnico em Vendas. Os superiores são: Licenciatura em Computação e Tecnologia em Logística.

2.3 Uma discussão conceitual sobre impactos socioeconômicos e algumas variáveis

Esse estudo de caso visa descrever os impactos socioeconômicos e educacionais que o IFTO campus Porto Nacional tem provocado na região de Porto Nacional, mas para isso é necessário, de antemão, realizar uma busca teórica-conceitual sobre o tema. E como o tema é bastante abrangente, foi feito um recorte baseado nos objetivos específicos, escolhendo algumas variáveis a serem investigadas, sendo elas: acessibilidade, desigualdade no acesso a escolaridade, inclusão educacional e empregabilidade dos alunos.

2.3.1 Acessibilidade

A acessibilidade promove aproximação, democratização independente de condição social ou econômica, e em sua essência permite acessar ou atingir um objetivo ou meta. Acima de tudo, acessibilidade é um direito firmemente estabelecido pela legislação brasileira, que vem promovendo expressivas mudanças em todo o país criando condições igualitárias. Principalmente na educação, estabelecendo perfil inclusivo e oportunizando possibilidades para o ingresso fácil no ambiente escolar, em situação de usufruir das condições de estudo com os mesmos direitos e gozo.

Na concepção de Almeida (2012, p.11) a acessibilidade possui forma de inclusão social, que concede oportunidade a todos para efetuar escolhas individuais, objetivando a pessoa e suas capacidades físicas, sociais e econômicas.

O Ministério da Educação através da SETEC (2010, p. 2), afirma que: “acesso à educação profissional e tecnológica. Isso pode mudar a vida de milhões de jovens e trabalhadores em todo o país”. Demonstra que o acesso à educação é possibilidades de crescimento profissional e pessoal, indo além do simples ingresso em um Instituto de Ensino.

Já Lira (2014, p. 3), relata que,

“as discussões acerca da acessibilidade ultrapassam a ideia de inclusão como sinônimo de respeito, tolerância e aceitação do outro, do outro que não é o mesmo. É um movimento que possibilita ao aluno perceber-se como

“pessoa que tem potencial para aprender, para participar da sociedade de acordo com suas capacidades”.

De acordo com Carvalho (2006), é necessário um alinhamento nos conteúdos e metodologias dentro das escolas, para que o currículo seja, um instrumento em condições de desenvolver competências e habilidades provocando aumento do espaço de inserção social. Neste contexto, faz-se necessária atualização de currículos, revisão de metodologias e projetos pedagógicos com intuito de atender todos os públicos com flexibilidade.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia provocaram reconfiguração na rede de educação profissional, objetivando a promoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável tendo por meta à inclusão social, baseada na Lei 11.892/2008, conforme descreve SILVA e SILVA (2015, p. 3).

2.3.2 Desigualdades no acesso a escolaridade

Observa-se que a desigualdade de oportunidade educacional no Brasil ainda é grande, principalmente nas classes mais baixas economicamente. Acredita-se que isso resulta em profissionais mal remunerados e com pouca produtividade.

Desta maneira, Ney, Carvalho e Souza (2008, p. 2), argumentam que,

um problema grave a ser enfrentado pelo país é a desigualdade de oportunidade educacional que, ao dificultar o acesso da população mais pobre a níveis elevados de educação, não só restringe a expansão do ensino, como também gera heterogeneidade educacional.

Neste argumento, a desigualdade impede o desenvolvimento do ensino que, verifica ser, a porta de saída para obter um futuro profissional promissor para grande parte da população. Além disso, resultar na falta de padronização da educação, com uma pequena fatia da sociedade desfrutando de ensino com elevada qualidade, e a maioria, com ensino sem qualidade que poderá refletir na vida profissional da grande massa.

Neste contexto Vasconcelos (2010, p. 603) demonstra que,

a educação passa a ser um direito público que deve ser dirigido a todas as classes sociais e a todos os níveis de idade, sem qualquer tipo de discriminação, devendo o Estado proporcionar condições para que todos tenham acesso de modo igualitário a esse direito.

É apontado que o Estado deve garantir igualdade no acesso à educação para todos, pelo fato de ser direito público. A garantia deve ocorrer por meio de

estratégicas dinâmicas e modernas, objetivando alcançar o máximo de pessoas possíveis.

Segundo a Secretaria de Educação Especial através do Documento Subsidiário à Política de Inclusão (2015, p. 23 e 33),

não menos desprovida de dificuldades é a tarefa de um Estado que intenta organizar uma política pública que, como tal, se empenha na busca de um caráter de universalidade, garantindo acesso a todos os seus cidadãos às políticas que lhes cabem por direito. No entanto, estas práticas favorecidas por algumas escolas especiais, não refletem a compreensão da inclusão do ponto de vista educacional que pressupõe o acesso de todos aos espaços comuns de escolarização, que não limite os direitos humanos e as suas liberdades fundamentais.

Vários programas foram instituídos pelo governo, por meio de políticas públicas no âmbito nacional, em face da grande dificuldade para sanar a problemática da desigualdade no acesso à escolaridade e formação profissional. Deve-se entender tais encaminhamentos como direito do cidadão e dever do Estado.

A contribuição de Soares (2014, p. 57), sobre o assunto é de suma importância, quando relata que,

direito constitucional a educação é concretizado pelo acesso a escola de educação básica, por trajetória escolar regular, isto é, promoção e conclusão na idade esperada das etapas nas quais o ensino está organizado e pelo aprendizado do que é necessário para o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho...

É explícito que a desigualdade é refutada veementemente pelo direito constitucional, e a igualdade, independente das circunstâncias e condições, é algo fortemente assegurado. Não apenas o acesso à escola, mas toda trajetória estudantil dentro da perspectiva esperada, tendo por meta a emancipação e capacitação da pessoa humana.

2.3.3 Inclusão educacional

O CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2001 através do Parecer CNE/CEB 17/2001 de 15/08/2001 infere que, a inclusão escolar encontra resistências, apesar de ser proposta com valores referentes à igualdade e oportunidades educacionais para todos. A Constituição Federal requer políticas para a educação básica, e deixa claro que é dever das autoridades e da própria sociedade impetrar esforços e recursos necessários para garantir a execução de tais

políticas, na finalidade de preservar os direitos individuais e coletivos. Não levando em consideração questões de classe, raça, gênero e outros, priorizando o aprendizado igualitário e qualitativo com respeito às diferenças (Brasil, 1988).

Afirma ainda, o Conselho Nacional de Educação que,

a política de inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades (CNE, 2001, p. 46).

A inclusão educacional é política pública com objetivo, não apenas, de inserir no ambiente escolar. É garantir o direito de estudar com dignidade e desenvolver suas potencialidades, para tornarem-se cidadãos pensantes com possibilidades de contribuir com a sociedade, capazes de fazer suas próprias escolhas, usando o senso crítico e a liberdade humana de escolha.

Moantoan (2003, p.15) aborda a respeito de inclusão escolar, expressando o seguinte apontamento,

a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

As mudanças que podem ocorrer na trajetória educacional, social e profissional na vida de uma pessoa, por meio da inclusão são infinitas. E mudanças de perspectivas educacionais são questões urgentes, pois, a inclusão não pode ser encarada como uma obrigatoriedade, e sim oportunidades de desenvolver dignidade e humanidade a todos.

2.3.4 Empregabilidade dos alunos

Urge a necessidade de empreender ações voltadas ao desenvolvimento de habilidades e busca de conhecimentos favoráveis, objetivando conseguir para os discentes uma colocação no mercado de trabalho. A ausência de experiência do egresso constitui em certas situações um gargalo para sua inserção no mercado de trabalho, porém as habilidades e conhecimentos possibilitam maiores chances nas vagas de emprego.

Desta forma, Silva e Silva (2015, p.5) descreve que,

(...) a educação profissional e tecnológica não pode estar desvinculada do projeto social mais amplo, necessita de alguma forma, estar articulada às políticas de desenvolvimento econômico locais, regionais e nacional; às

políticas de geração de emprego, trabalho e renda, juntamente com aquelas que tratam da formação e da inserção econômica e social da juventude.

É relevante que o Instituto participe no processo de geração de emprego, e acima de tudo que prepare os alunos egressos, para que não sejam limitados em uma profissão, mas tenha amplo conhecimento e ampla visão de mundo estando aptos a superarem a dura realidade do mercado competitivo do trabalho. Uma vez, que o mercado de trabalho vivencia contínuas transformações, faz-se necessário o acompanhamento do Instituto na elaboração de profissionais com perfis apurados para atender as exigências, cada vez mais crescentes.

2.4 Uma discussão conceitual sobre impactos educacionais e algumas variáveis

As variáveis a seguir serão discorridas individualmente, analisadas e refletidas criticamente para auxiliar na identificação e contextualização dos impactos educacionais. Tais variáveis são: diversidades de cursos como opção de escolha, qualidade no conhecimento científico, capacitação profissional, política de ensino vertical, índices de reprovação e evasão escolar são as variáveis que serão investigadas teórico-conceitualmente através de um recorte a respeito dos impactos socioeconômicos e educacionais provocados na região de Porto Nacional pelo IFTO campus Porto Nacional.

2.4.1 Diversidades de cursos como opção de escolha

A Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica (2008, p. 7) afirma que a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação empreende investimento em infraestrutura e contratação de pessoal para melhorar a rede federal de ensino, com intuito de ofertar diversidade de cursos proporcionando para os alunos, principalmente aqueles em situação vulnerável socialmente, opção de escolha, o que constitui avanço significativo no processo democrático. Pois, a diversidade de cursos possibilita promover ou fomentar o desenvolvimento da região e aumentar as possibilidades da inserção no mercado de trabalho pelos alunos egressos.

2.4.2 Qualidade no conhecimento científico

A qualidade do conhecimento científico é gerada principalmente pelo comprometimento das Instituições de Ensino em estabelecer metodologias de

ensino aprendizagem, que disponibilize aos docentes a informação e o saber que parte do princípio das análises dos fatos reais e cientificamente comprovados.

A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (2010, p. 6) relata,

nesse sentido, a concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão.

Percebe-se que os Institutos Federais, com foco em resultados, objetiva em suas propostas curriculares a qualidade no ensino, desenvolvendo estratégias de qualificação do corpo docente. Realizando a junção de atividades práticas e visitas técnicas para melhorar a transferência de conhecimento no processo de ensino-aprendizagem.

2.4.3 Capacitação profissional

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, define capacitação através dos cursos de educação profissional, no sentido de aperfeiçoamento, especialização e atualização de trabalhadores com qualquer nível de escolaridade. Ainda, atinge posição de ferramenta que foi utilizada pelos países desenvolvidos para provocar crescimento econômico, o Brasil lança mão desta ferramenta para continuar crescendo economicamente de forma sustentável.

E, os efeitos são percebidos no profissional que apresentar resultados positivos, correspondendo às expectativas da empresa, demonstrando elevada produtividade, e acima de tudo agregando valor para si.

Sobre o assunto em epígrafe, Pacheco (2011, p. 22 e 93), faz apontamentos relevantes,

em sua intervenção, os Institutos Federais devem explorar as potencialidades de desenvolvimento, a vocação produtiva de seu lócus; a geração e transferência de tecnologias e conhecimentos e a inserção, nesse espaço, da mão de obra qualificada.

Tal característica permite a articulação entre a formação do trabalho voltado ao arranjo produtivo, atendendo à vocação da região, gerando maior inserção da mão de obra qualificada e incremento de novos saberes.

É evidente o objetivo da qualificação/capacitação em preencher as demandas exigentes do mercado dinâmico que em velocidade acelerada passa por várias

mudanças. Os Institutos Federais propõem capacitação continuada, que reflete na economia local e no desenvolvimento social e humanitário.

Ainda, neste contexto Silva e Silva (2015, p. 4) afirmam que, “a educação profissional passa a ter uma função estratégica no desenvolvimento de programas que tenham como foco a qualificação/formação dos trabalhadores”.

2.4.4 Política de ensino vertical

A política de ensino vertical descreve um tipo de oferta potencialmente emancipadora, pois possibilita a integração de saberes práticos e teóricos, ao permitir que vários níveis e modalidades de formação profissional se relacionem entre si, e esteja preferencialmente em uma única instituição, provendo possibilidades de ingressar nas fases iniciais, ou seja, básica da educação e percorrer um longo caminho até a formação profissional. Porém, mantendo qualidade no ensino-aprendizagem, flexibilidade e atualização curricular.

De acordo com as finalidades propostas na Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, artigo 6º, III que preconiza promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão (SILVA, 2009).

Já, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC (2010, p. 26, 27), argumenta que os Institutos Federais optam pela verticalização do ensino como medida de garantir diferentes níveis e modalidades da educação profissional e tecnológica, oferecendo diversificação de possibilidades de escolarização, sem deixar de ofertar a formação inicial básica. Essa abrangência promove integração de todos os níveis da educação básica e do ensino superior, da educação tecnológica e profissional, sendo aspecto dinâmico da realidade produtiva com educação continuada. Ainda, desenvolver um profissional de educação com criatividade, reflexividade e capaz de promover transposições didáticas contextualizadas resultando na autonomia dos educandos.

Ainda, segundo a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC (2010, p. 27),

essa organização curricular dos Institutos Federais traz para os profissionais da educação um espaço ímpar de construção de saberes, por terem esses profissionais a possibilidade de dialogar simultaneamente e de forma articulada, da educação básica até a pós-graduação, trazendo a formação profissional como paradigma nuclear, o que faz que essa atuação acabe por sedimentar o princípio da verticalização. Esses profissionais têm a

possibilidade de, no mesmo espaço institucional, construir vínculos em diferentes níveis e modalidades de ensino, em diferentes níveis da formação profissional, buscar metodologias que melhor se apliquem a cada ação, estabelecendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Esse lidar, pois, com o conhecimento de forma integrada e verticalizada exige outra postura que supere o modelo hegemônico disciplinar.

A perspectiva é que a junção de várias modalidades de ensino contribua na integração do técnico com o profissional, e possibilite construção de carreiras acadêmicas consolidadas por meio de qualidade no ensino, investindo em pesquisa e conhecimento. Ainda, enriquecendo o corpo docente na interação de múltiplos conhecimentos, acompanhamento continuado e participação no processo de formação que inicia no ensino médio e perdura até o superior.

Dentro deste contexto, Padilha e Filho (2016, p.3) declaram que,

formação profissional vertical-transversalizada apresenta-se como um tipo de oferta que pretende ser compreendida como potencialmente emancipadora ao se aproximar ou referir-se aos conceitos de formação tecnológica, formação integral e formação politécnica. Ou seja, um tipo de formação que possibilitaria a integração de saberes práticos e teóricos, ao permitir que vários níveis e modalidades de formação profissional convivam numa mesma instituição e possam realizar conexões entre si.

Essa modalidade surge com uma nova proposta de autonomia de formação pela integração dos conhecimentos práticos e teóricos na mesma Instituição, sendo elemento de relevância da nova modalidade institucional dos IF's podendo desenvolver caráter positivo se for realizada dentro do eixo tecnológico e negativo se for fragmentada e hierarquizada de maneira desarticulada.

2.4.5 Índices de reprovação

Silva (2015, p. 59) faz alguns apontamentos relacionados à reprovação escolar, afirmando que “avaliação, dificuldades de aprendizagem, relações familiares, relações sociais, fatores socioeconômicos, falta de interesse do aluno, fatores psicológicos, concepção de educação, organização da instituição de ensino”. Muitos desses fatores citados por Silva são conhecidos e incidem diretamente na reprovação, mas não se pode responsabilizar somente o aluno, pois ele não é o único sujeito do processo educacional.

Nesse contexto é evidente que os índices de reprovação, são resultados de vários fatores. Fazem-se, necessárias estratégias por parte das instituições de ensino para minimizar essa problemática, além de, tornarem-se maiores interessados na formação, capacitação, desenvolvimento dos educandos com pessoas e profissionais. Acredita-se que essa contribuição poderá criar um perfil de

educandos e conseqüentemente pessoas críticas e pensantes, dotadas de condições intelectuais para fazer escolhas a partir de análise própria.

Atribuir culpa ao aluno não sana essa problemática, é lógico, que sem a participação do aluno será impossível chegar a um resultado positivo. Mas, a escola desenvolve papel importantíssimo na promoção do conhecimento, contribuindo para evitar a reprovação.

Desta forma, Paro (2002, p. 117) afirma,

(...) no momento de identificar a razão do não aprendizado, apenas um elemento é destacado: o aluno. Só ele é considerado culpado, porque só ele é diretamente punido com a reprovação. Como se tudo, absolutamente tudo, dependesse apenas dele, de seu esforço, de sua inteligência, de sua vontade. Para que, então, serve a escola?.

Em regra geral o aluno é apresentado como o responsável por não aprender e por reprovar, quando na verdade o aluno é apenas um participante de um sistema educacional que necessita rever os seus conceitos, suas metodologias e acima de tudo, finalizar o método de decorar formulas.

Sobre a participação do aluno, Silva (2015) afirma que é preciso desenvolver ações planejadas para melhorar tanto a carreira escolar como o convívio dos alunos no ambiente institucional. É importante permitir que os alunos participem deste processo com suas opiniões, isso pode incorrer em melhoria no ensino e na minimização da taxa de reprovação.

2.4.6 Evasão escolar

Sobre evasão escolar, Silva (2010), aponta que se trata de um enorme desafio para as redes de ensino, principalmente do ensino público, visto que os fatores sociais e outros fatores contribuem para que a evasão aconteça. Outro fator apontado é a prática didática ultrapassada de professores que agrava a situação.

Nesse sentido, Dore (2013, p. 5) afirma que,

a escolha de abandonar ou permanecer na escola é fortemente condicionada por características individuais, por fatores sociais e familiares, por características do sistema escolar e pelo grau de atração que outras modalidades de socialização, fora do ambiente escolar, exercem sobre o estudante.

O Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica elaborou o Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

(2014, p. 19 e 20), na categorização das causas da evasão e da retenção são apresentados fatores individuais, fatores internos e fatores externos. Os fatores individuais descrevem características peculiares do educando como: adaptação, capacidade, compatibilidade, descoberta, motivação, participação nas atividades acadêmicas, questões de saúde e financeira. A respeito dos fatores internos que descrevem as questões ligadas diretamente às instituições, são questões referentes ao currículo, à infraestrutura, a gestão didático-pedagógica e administrativa e etc. Já os fatores externos dizem respeito à situação financeira e a decisão da escolha da futura profissão do educando.

Urge que a Instituição empenhe na atualização e flexibilidade curricular de sua oferta educativa, fazendo uso dos programas institucionais para os educandos e na formação continuada dos docentes. Munido de metodologia das mais diversas para manter o educando motivado a continuar até o final de sua jornada estudantil, bem como, manter os professores entusiasmados e preparados para lidar com os mais diversos problemas que possam impedir a continuidade do aluno.

Isso mostra que a questão da evasão escolar não é apenas um problema de falta de interesse do aluno, e em algumas situações, o ensino aprendizagem perde o seu poder de atração e torna-se dissabor. Junto com o acúmulo dos fatores sociais e familiares, sufocam o desejo de estudar, restando para o discente apenas a porta de saída, para não mais voltar. Assim, conforme Dore (2013, p.11), “qualquer que seja o motivo, o abandono da escola na vida de um jovem pode trazer repercussões negativas ao desenvolvimento de sua vida adulta”.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa está fundamenta em pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo e estudo de caso que segundo Yin (1994), os estudos de casos são necessários em situações que o pesquisador possua interesse em compreender as condições contextuais, acreditando que estas são fundamentais para o fenômeno em estudo, cujo objeto de estudo trata-se dos Impactos socioeconômicos e educacionais provocados com a implantação do IFTO- Campus Porto Nacional e o espaço de estudo é o IFTO – *campus* Porto Nacional, localizado na Avenida Tocantins, 566, Jardim América, 77.500-000, Porto Nacional – Tocantins. O Instituto Federal, campus Porto Nacional detém uma estrutura ampla com laboratórios que auxiliam os acadêmicos no manejo de tecnologias e oferta cursos superiores de Tecnologia em logística e Licenciatura em informática, cursos técnicos integrados ao Ensino Médio em Administração e Meio Ambiente e cursos técnicos em vendas, logística e informática.

O primeiro passo foi à elaboração do questionário que foi aplicado aos egressos do IFTO – campus Porto Nacional do período 2012 a 2017 entre os dias 01 de agosto de 2018 a 30 de setembro de 2018. A opção pelo questionário alia-se ao que Gil (1999) acredita, ou seja, é uma técnica de investigação que alcança um número maior de pessoas, com flexibilidade para ser respondido quando possível e não onera custo, pois pode ser enviado por correio ou por meio eletrônico, e o mais importante que pode conter várias questões, objetivando conhecer as opiniões do público alvo.

O questionário foi composto por 20 (vinte) perguntas relacionadas à escolha do egresso pelo IFTO – campus Porto Nacional, perguntas que permitem identificar o perfil do egresso, e perguntas que identificam os impactos socioeconômicos (*Como você foi informado sobre o IFTO/Campus Porto Nacional?; Qual meio de transporte você utilizava?; Você trabalhou ou teve alguma atividade remunerada durante seus estudos?; Onde você morava antes de ingressar no IFTO/Campus Porto Nacional?; Onde e como você mora atualmente?; Ocorreu alguma mudança em você, após a conclusão do curso?; Já trabalhava antes de ingressar no IFTO/Campus Porto?; Houve promoção após a conclusão do curso?; Está trabalhando atualmente?; O que gerou inicialmente seu interesse para estudar no IFTO/Campus Porto Nacional? Se sente preparado para o mercado de trabalho,*

visto que, concluiu o curso?) e educacionais (Qual ano concluiu o curso? Quanto tempo você estava afastado (a) da escola?; Quais foram as maiores dificuldades enfrentadas durante o curso? Como superou?; Você teve vontade de desistir?; Os serviços de assistência estudantil contribuíram para a sua permanência no curso?; Em sua opinião a implantação do IFTO/Campus Porto Nacional transformou a regional de Porto Nacional?). Além do questionário foi feita observação não participante da movimentação do dia a dia do entorno do IFTO – campus Porto Nacional.

Houve várias dificuldades para localizar os egressos, devido residirem em outras cidades e alguns até em outros estados. Desta forma, o questionário foi aplicado por meio de e-mail eletrônico e alguns poucos *in loco*. Totalizando uma amostra de 9% dos 330 (trezentos e trinta) egressos dos cursos Técnico em Informática, Técnico em Logística, Licenciatura em Computação e Tecnologia em Logística que formaram no exercício de 2012 a 2017.

Os alunos egressos residem nas cidades de Porto Nacional, Palmas, Brejinho de Nazaré, Ponte Alta, Silvanópolis e Monte do Carmo todas essas cidades fazem parte da microrregião de Porto Nacional.

A análise de dados foi efetuada por meio de tabelas e gráficos, descrevendo os dados de maneira organizada, facilitando em tudo, a comparação entre os mesmos. Assim, os resultados foram expostos de maneira mais simples, pois, esclareceram sintética e objetivamente os assuntos, utilizando linguagem concisa.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Essa etapa da pesquisa iniciou-se, por meio de levantamento de dados na Coordenação de Registros Escolares – CORES, sobre o número de alunos formados nos cursos técnicos de Informática e Logística e os cursos superiores de Licenciatura em Computação e Tecnologia em Logística do IFTO – campus Porto Nacional, desde o seu início em agosto de 2010. Conforme os dados da Tabela 1 – Alunos formados no IFTO/Campus Porto Nacional entre 2012 a 2017.

Tabela 1 - Alunos formados: período 2012 a 2017

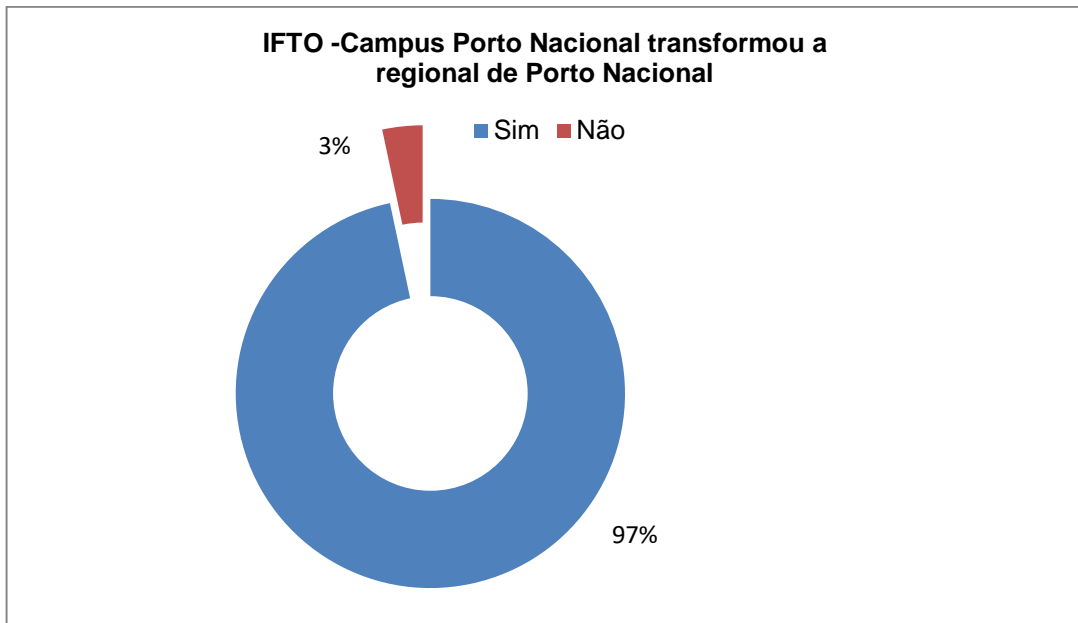
Cursos	Quantitativo
Técnico em Informática	88
Técnico em Logística	100
Licenciatura em Computação	54
Tecnologia em Logística	88
Total	330

Fonte: CORES – Campus Porto Nacional (2017)

Em posse dos dados descritos na Tabela 1, determinou-se a amostra representativa (9% do total). Em seguida, realizou-se a coleta de dados por meio de questionários, que foram aplicados entre os dias 01 de agosto de 2018 a 30 de setembro de 2018, aos alunos egressos do IFTO – campus Porto Nacional, formados entre 2012 a 2017.

O questionário foi composto de perguntas objetivas sobre os participantes da pesquisa, dados dos participantes e questões relacionadas à pesquisa, objetivando entender o contexto socioeconômico e educacional do egresso, com vista a avaliar melhor a intensidade dos impactos nas áreas em epígrafes. Os dados sobre a opinião dos sujeitos da pesquisa quanto à capacidade do Campus Porto Nacional ter conseguido implementar mudanças significativas na região de Porto Nacional, constam no gráfico 01.

Gráfico 1 – IFTO – Campus Porto Nacional transformou a regional de Porto Nacional.



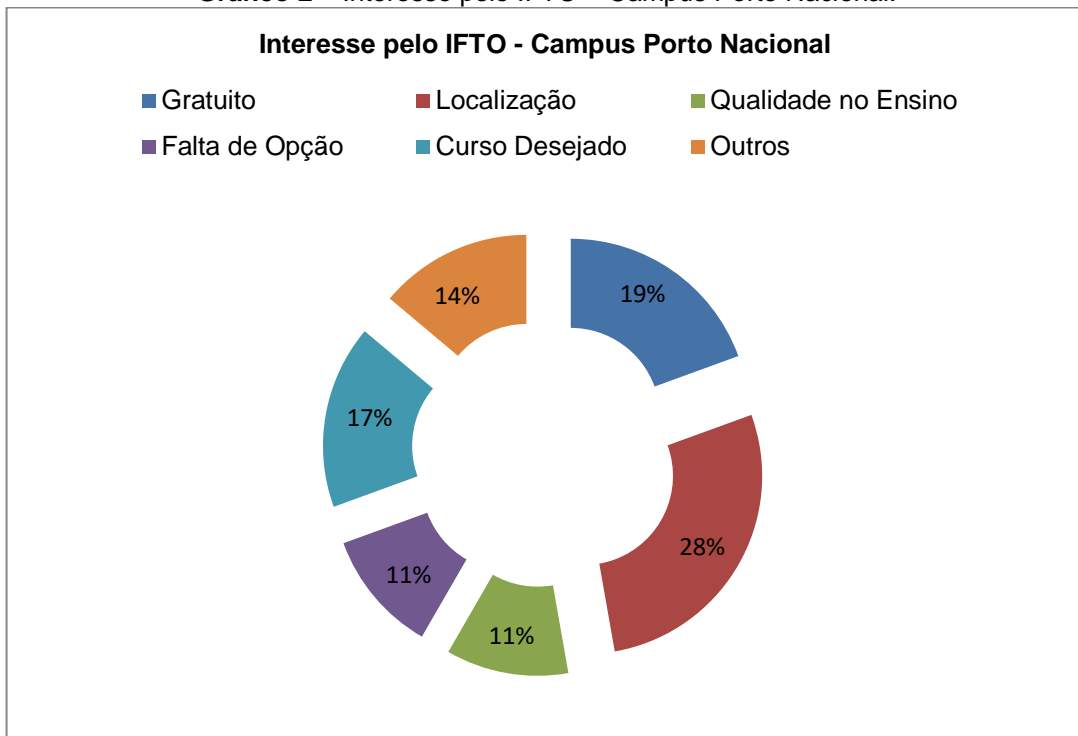
Fonte: Autor (2018)

Cerca de 97% dos egressos entendem que o IFTO/*Campus* Porto Nacional contribui consideravelmente para a transformação da regional de Porto Nacional, proporcionando oportunidades para cursar ensino médio/integrado, cursos técnicos e cursos superiores. Além de ter contribuído para o desenvolvimento da regional, da economia local e da cidade de Porto Nacional, disponibilizando conhecimentos com qualidade, gratuito com estrutura adequada, tornando a educação mais interessante e acessível, tornando visão macro, incentivando o retorno dos estudos de muitos que há tempos deixou de frequentar a escola, influenciou nos aspectos econômicos e sociais, disponibilizou oportunidade para o público vulnerável socialmente, preparando profissionais para o setor de produção, que é forte na regional.

O fluxo de ônibus conduzindo alunos de outras cidades para o Instituto durante a semana é constante, tanto a noite em função dos cursos superiores e técnicos e durante o dia em função do médio integrado, aumentando a circulação dos ônibus e consequentemente a arrecadação pelas empresas de transportes.

Já 3% dos egressos acreditam que a implantação do Instituto não proporcionou nenhuma mudança na cidade de Porto Nacional e, consequentemente, na regional.

A pesquisa buscou compreender os motivos que levaram os egressos participantes a procurarem o IFTO – Campus Porto Nacional (ver gráfico 02).

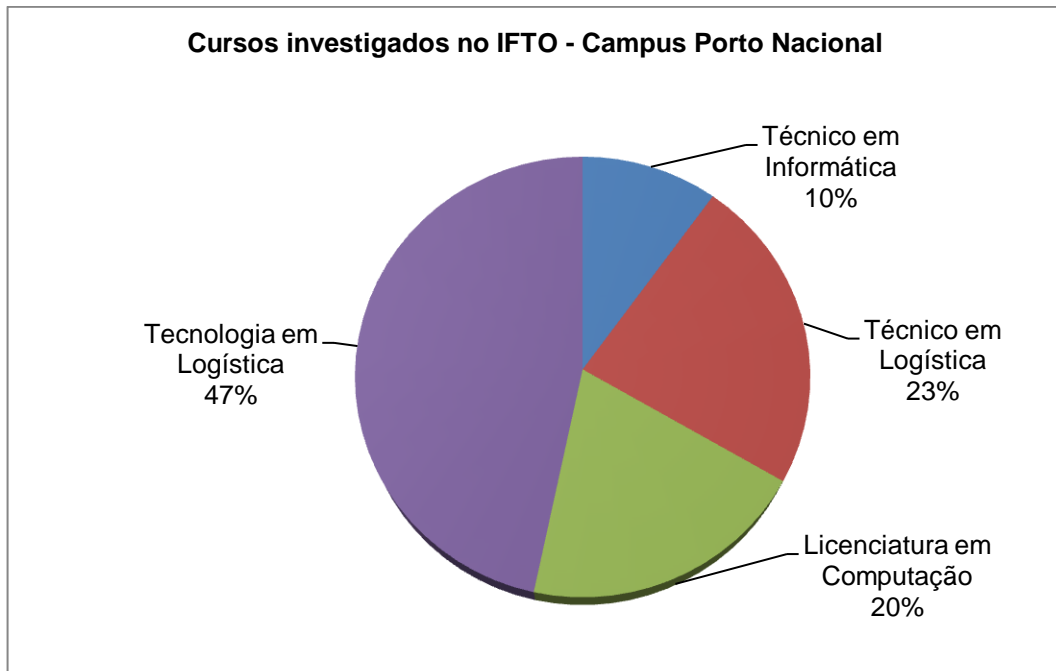
Gráfico 2 – Interesse pelo IFTO – Campus Porto Nacional.

Fonte: Autor (2018)

A pesquisa revela que a escolha em estudar no IFTO – *Campus* Porto Nacional teve alguns indicadores como demonstrado no gráfico 2. Porém, 17% dos egressos afirmaram que encontraram o curso desejado no IFTO, enquanto outros 19% afirmaram que foram motivados pela gratuidade dos estudos. Já, 11% atestam ensino de qualidade no IFTO. 28% disseram que a localização foi fundamental na decisão de escolher uma Instituição de Ensino. 11% afirmaram falta de opção e 14% foram influenciados por outros motivos.

Quanto aos sujeitos participantes da pesquisa, consta a referida classificação no gráfico 03, onde é possível observar o percentual de estudantes com relação a cada curso.

Gráfico 3 – Cursos investigados no IFTO – Campus Porto Nacional.

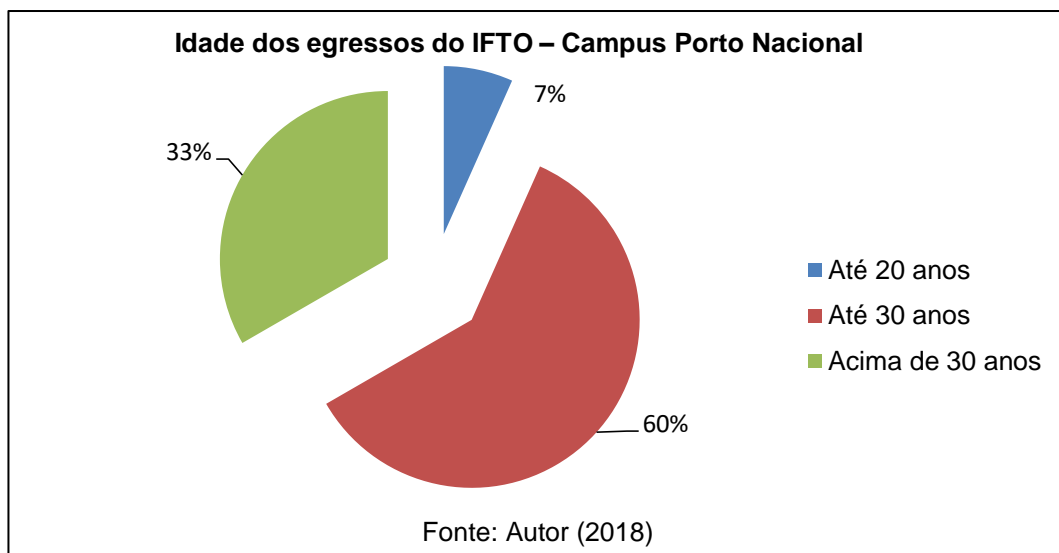


Fonte: Autor (2018)

Apesar da oferta de vários cursos pelo IFTO – *Campus* Porto Nacional, foram escolhidos os egressos dos cursos de Técnico em Informática, Técnico em Logística, Tecnologia em Logística e Licenciatura em Computação para o desenvolvimento da pesquisa. Os resultados apontaram que os cursos na área de logística tiveram maior número de participantes no estudo de caso.

Quanto à faixa etária, os estudantes egressos do IFTO – *Campus* Porto Nacional estão, em sua maioria, na faixa etária que vai até os 30 anos de idade (ver gráfico 04).

Gráfico 4 – Idade dos egressos do IFTO – Campus Porto Nacional.

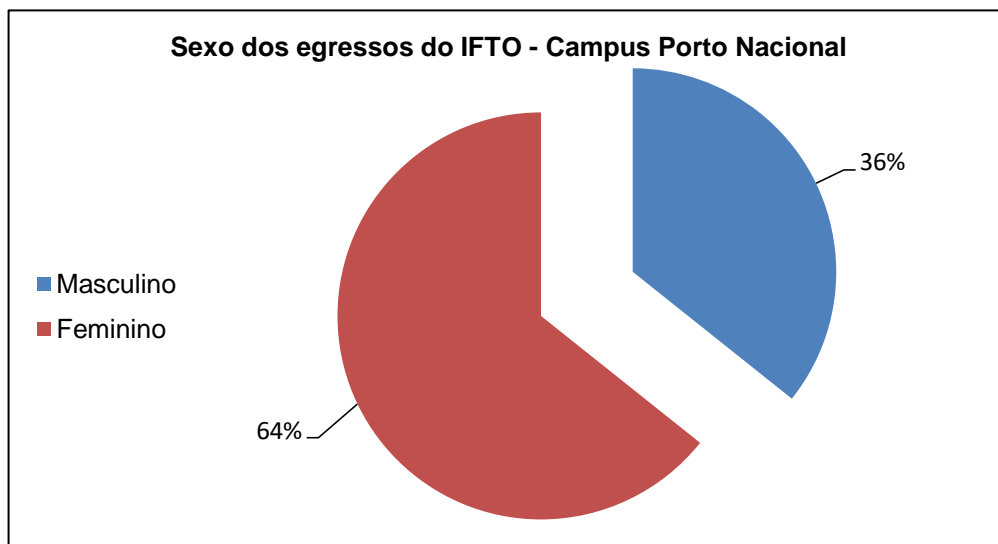


A coleta de dados apresentou diversidades nas idades dos participantes da pesquisa. 60% possuem idade de até 30 anos, 33% possuem idade superior aos 30 anos e apenas 7% possuem idade de até 20 anos.

O quantitativo de 33% são dados de extrema importante indicando que os participantes da pesquisa continuam na jornada escolar, em buscar de formação ou aperfeiçoamento profissional.

Conforme descrito no gráfico 05 às mulheres são maioria dos participantes no estudo de caso em epígrafe.

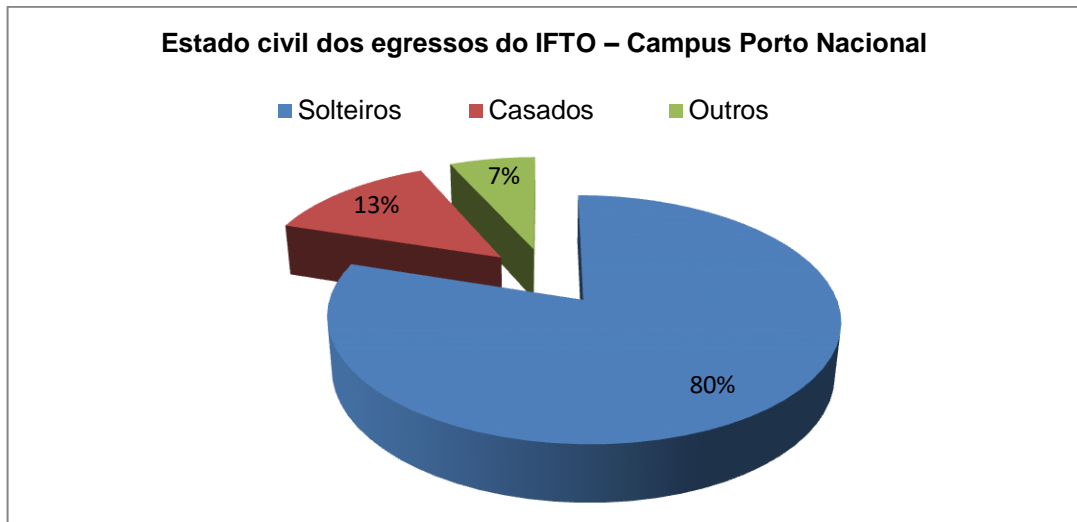
Gráfico 5 – Sexo dos egressos do IFTO – Campus Porto Nacional



Fonte: Autor (2018)

Os resultados apontam as mulheres em maioria absoluta dos participantes da pesquisa, 64%. Demonstrando participação significativa das mulheres na busca do conhecimento acadêmico, e conseqüentemente maior capacitação para superar o mercado de trabalho tão competitivo, sendo que, a desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro ainda existe e cria vários obstáculos para as mulheres.

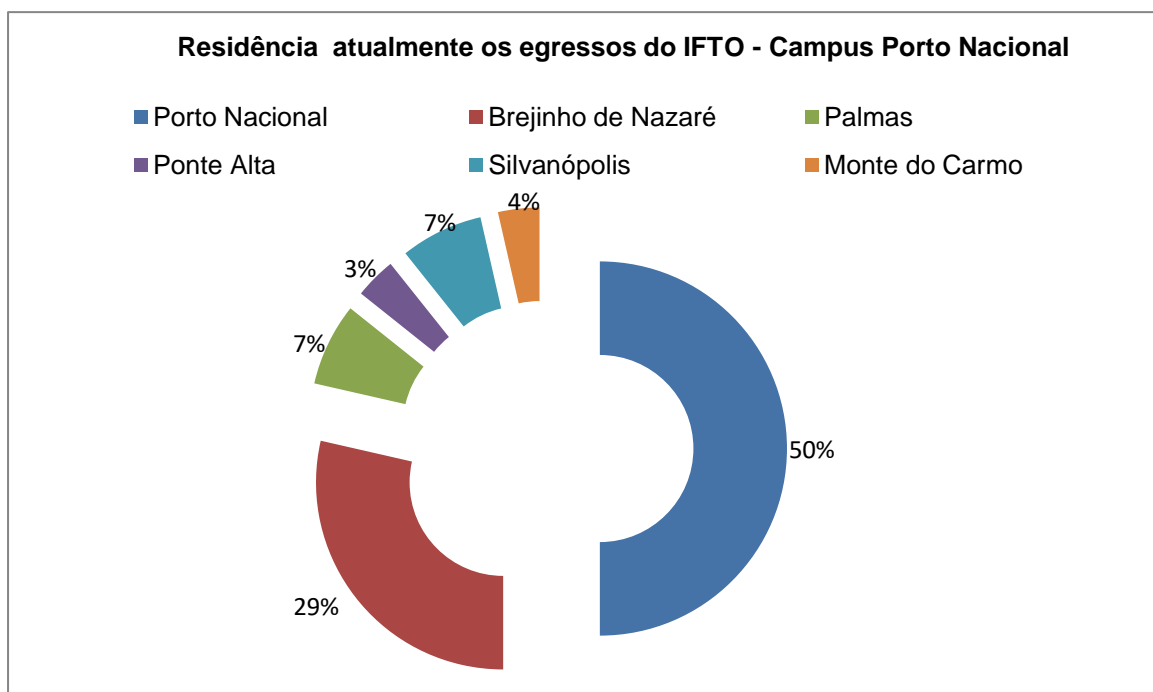
No que se refere ao estado civil dos egressos do IFTO – Campus Porto Nacional, o gráfico 06 aponta que a maior parte deles são solteiros.

Gráfico 6 – Estado civil dos egressos do IFTO – Campus Porto Nacional.

Fonte: Autor (2018)

O gráfico 6 demonstra que os solteiros são 80% dos participantes da pesquisa. Isso demonstra comprometimento com os estudos na regional de Porto Nacional, e a convicção que a educação é mola propulsora de melhores oportunidades de emprego na região. Outro ponto interessante é que os jovens estão renovando a cultura, e apenas constituindo família após uma profissão.

Atualmente, de acordo com os dados da pesquisa, cerca de 50% os egressos do IFTO – Campus Porto Nacional moram no próprio município, ao passo que outros 50% residem em outras cidades (ver gráfico 07).

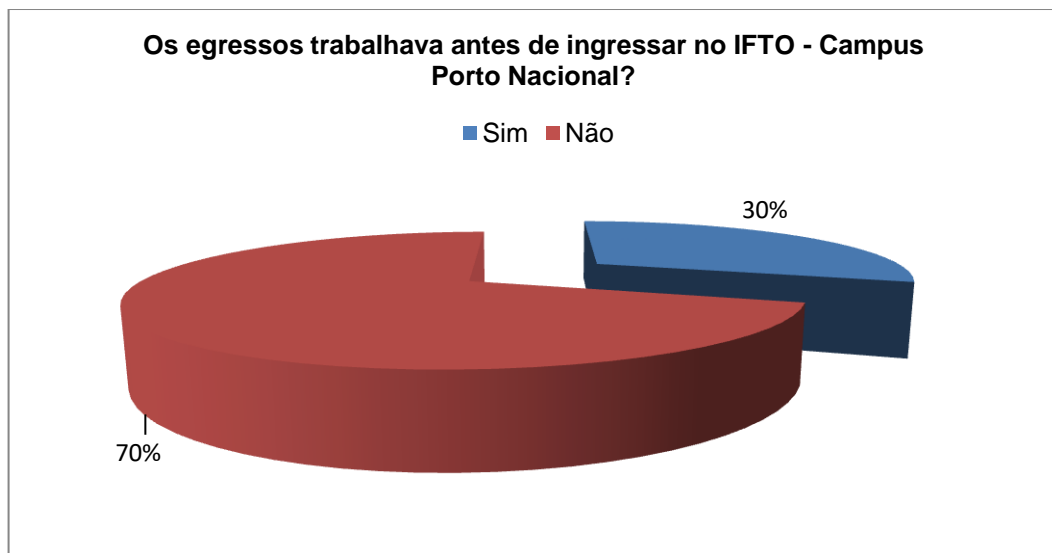
Gráfico 7 – Residência atual dos egressos do IFTO – Campus Porto Nacional.

Fonte: Autor (2018)

Os participantes residem nas cidades de Porto Nacional, Palmas, Brejinho de Nazaré, Ponte Alta, Silvanópolis e Monte do Carmo. Todas essas cidades fazem parte da microrregião de Porto Nacional.

A pesquisa apontou que, antes do ingresso no IFTO – Campus Porto Nacional, apenas 30% desses estudantes exerciam alguma atividade laborativa, conforme o gráfico 08.

Gráfico 8 – Os egressos trabalhavam antes de ingressar no IFTO – Campus Porto Nacional.

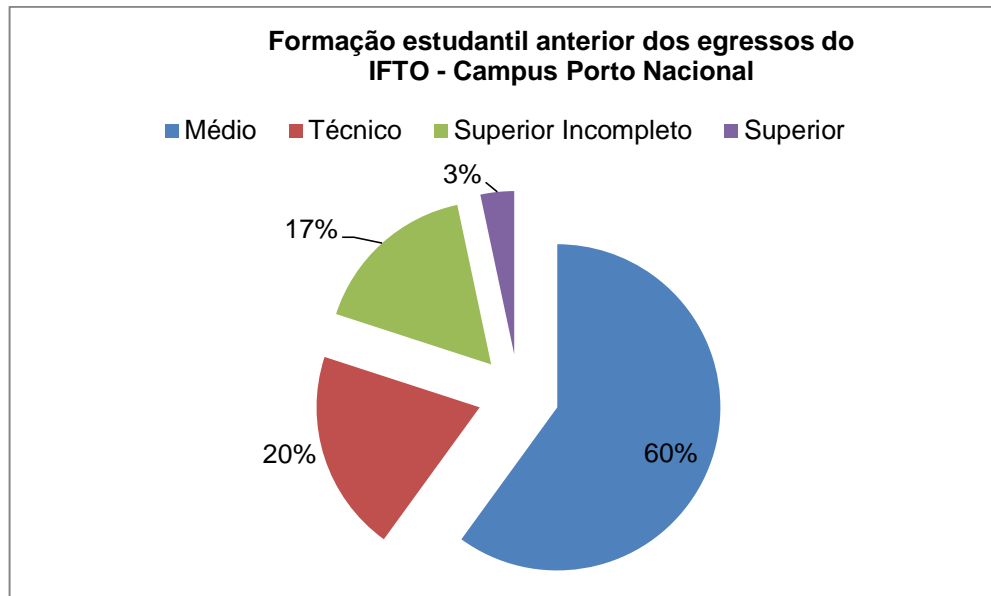


Fonte: Autor (2018)

As informações atestam que 70% dos participantes da pesquisa não desenvolviam nenhuma atividade remunerada antes do ingresso no IFTO, ou seja, dependiam dos pais, parentes e cônjuges para suprir suas necessidades estudantis e pessoais.

Os dados da pesquisa informam que apenas 3% dos egressos já havia cursado uma graduação (ver gráfico 09).

Gráfico 9 – Formação estudantil anterior dos egressos do IFTO – Campus Porto Nacional.

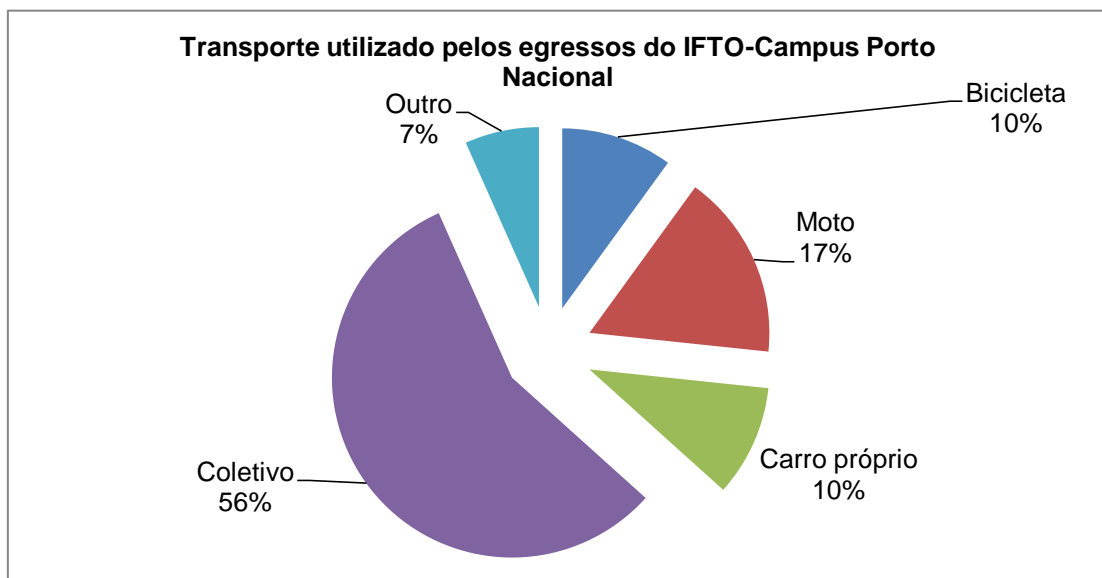


Fonte: Autor (2018)

Um percentual de 60% dos respondentes da pesquisa já havia concluído o Ensino Médio antes do ingresso no IFTO- campus Porto Nacional. Considerando as dificuldades da região, isso é até certo ponto uma informação positiva. 20% focados no mercado de trabalho e por medida de curto prazo, às vezes para prover o sustento do lar, optaram por curso técnico. Já, 17% iniciaram o ensino superior, mas devido alguns impedimentos do tipo financeiro, filhos, casa e etc., desistiram pelo caminho, mesmo demonstrado que não esse o intento.

Sobre o meio de transporte usado pelos egressos, a pesquisa aponta que 56% usava o transporte coletivo (gráfico 10).

Gráfico 10 – Transporte utilizado pelos egressos do IFTO – Campus Porto Nacional.



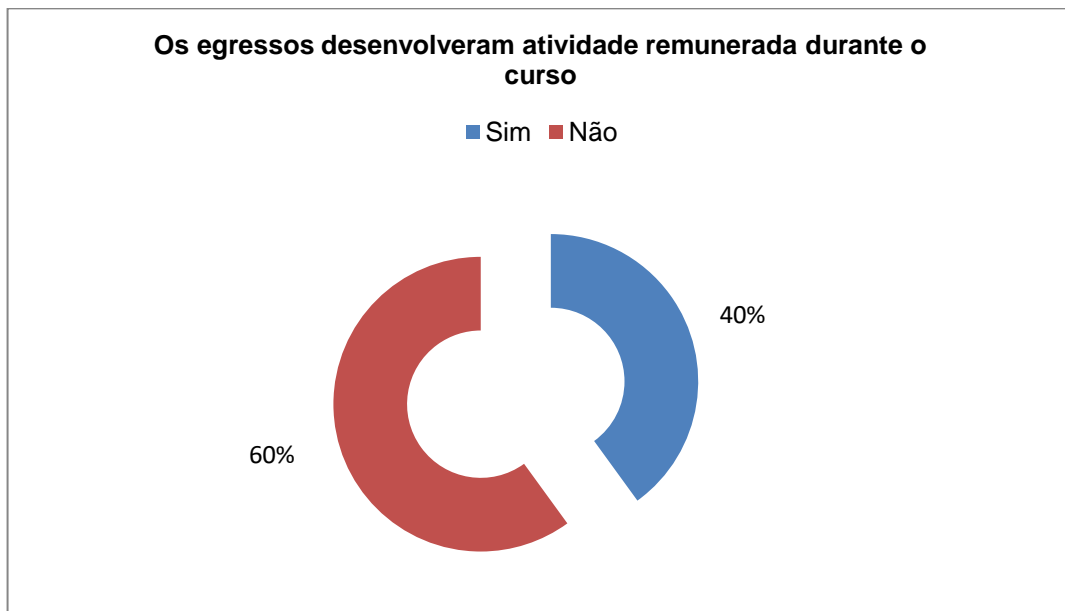
Fonte: Autor (2018)

O transporte coletivo (56%) foi o mais utilizado pelos entrevistados. Demonstrando que a maioria residia em outra cidade e que as condições financeiras não favoreciam outros meios. Somente uma quantidade pequena (10%) utilizava transporte próprio. Alguns (17%) utilizavam motos, dentro deste percentual estão os que são proprietários e outros que pegavam caronas, já outros dividiam os custos pelo recurso que recebiam das bolsas estudantis.

Por morarem adjacentes do IFTO – Campus Porto Nacional os 10% usavam bicicletas e alguns (7%) por residirem nas proximidades do instituto iam a pés.

Sobre o exercício de atividade remunerada durante o curso a pesquisa indica que 60% dedicaram somente aos estudos (ver gráfico 11).

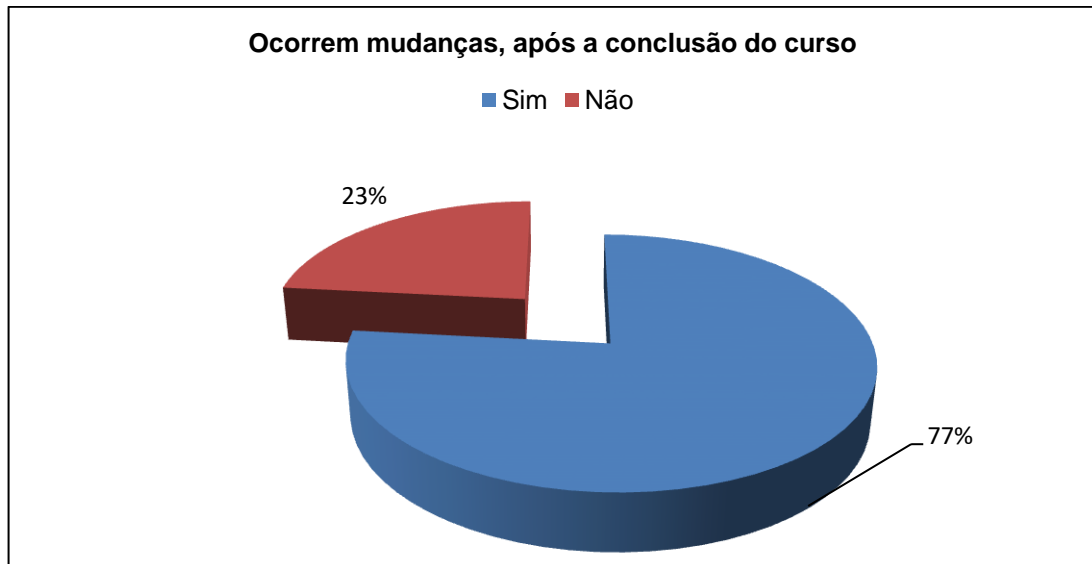
Gráfico 11 – Os egressos desenvolveram atividade remunerada durante o curso.



Fonte: Autor (2018)

No gráfico 11, é apresentada a informação que 40% dos participantes desenvolveram atividades remuneradas durante o curso, e até mesmo, na área de graduação. Neste percentual estão os alunos colaboradores, que auxiliam os professores em suas atividades e recebem bolsas para auxílio. Porém, 60% dedicaram exclusivamente aos estudos, em alguns casos por falta de oportunidades, e em outros, para obter formação com elevada qualidade.

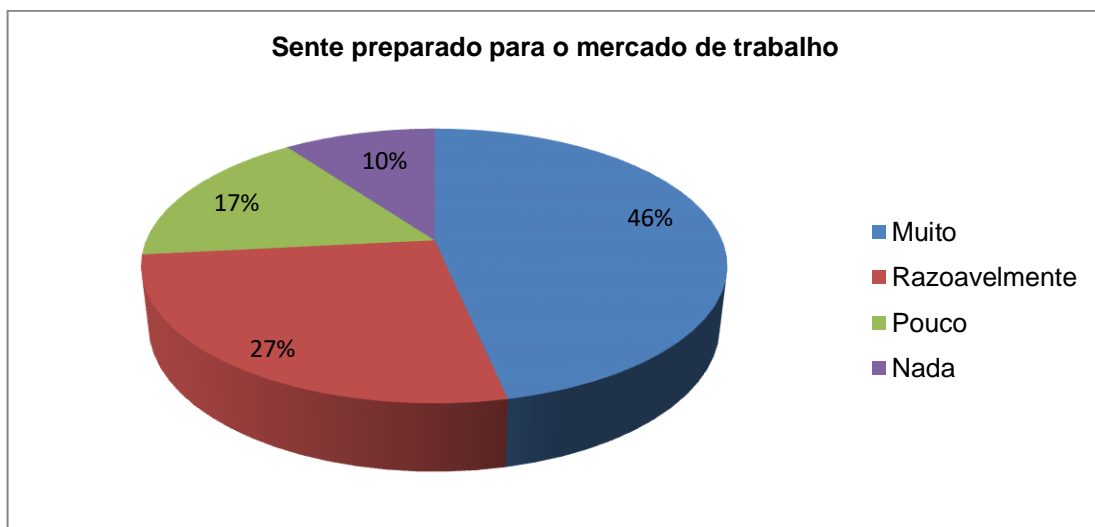
Foi identificada conforme gráfico 12 que alguns dos participantes não passaram por nenhuma mudança pessoal, intelectual e profissional após a conclusão do curso.

Gráfico 12 – Ocorreram mudanças, após a conclusão do curso.

Fonte: Autor (2018)

Do total de participantes da pesquisa, em torno de 23% afirmam que nenhuma mudança individual aconteceu, após a conclusão do curso. Em contrapartida, 77% experimentaram mudanças significativas como: obtenção de conhecimento prático e teórico na área cursada, visão ampla do mercado de trabalho, maior preparo para exercer a profissão já existente, satisfação pessoal, mais experiências, maturidade e aspecto conceitual sobre a logística e suas áreas de atuação.

Atualmente os dados apontam que 46% está preparado para os desafio impostos pelo mercado de trabalho (ver gráfico 13).

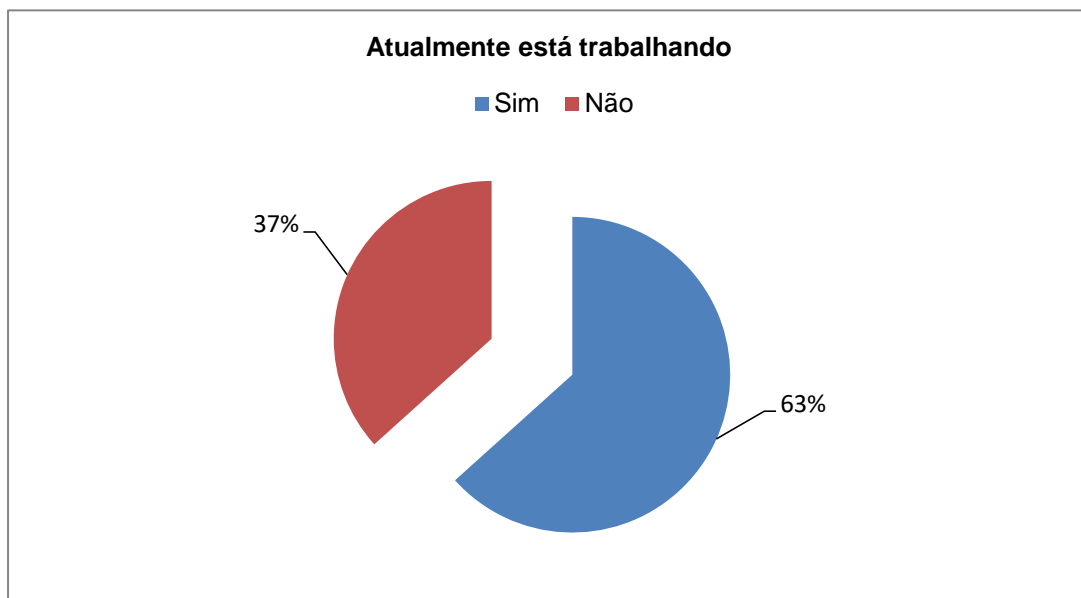
Gráfico 13 – Sente preparado para o mercado de trabalho.

Fonte: Autor (2018)

Quando o questionário perguntou sobre o preparo para o mercado de trabalho, 46% disseram que estão muito preparados para o imediato ingresso, outros 27% razoavelmente preparados, necessitando de um pouco mais de capacitação, 17% pouco preparados e 10% não estão preparados para o ingresso no mercado de trabalho. Esses números são positivos, e transmite conceito de qualidade do ensino teórico e prático. Deixando transparecer que o Instituto está desenvolvendo o seu papel de preparar os alunos para a dura realidade do mercado de trabalho que se torna cada dia mais competitivo e exigente, e que os 17% (pouco) e os 10% podem ser reflexo da falta de dedicação pessoal do egresso ou algum problema não compartilhado do tipo, dificuldade de aprendizagem, doenças, problemas de relacionamento, ou problemas familiares. De fato, os números são favoráveis ao Instituto. Mas não exime da responsabilidade de constatar os possíveis problemas para que os indicadores melhorem e a totalidade dos egressos, ou a maioria, concluam os cursos prontos para ocuparem as vagas de emprego.

Os dados coletados indicam que 37% ainda não ingressaram no mercado de trabalho, conforme gráfico 14.

Gráfico 14 – Atualmente está trabalhando.



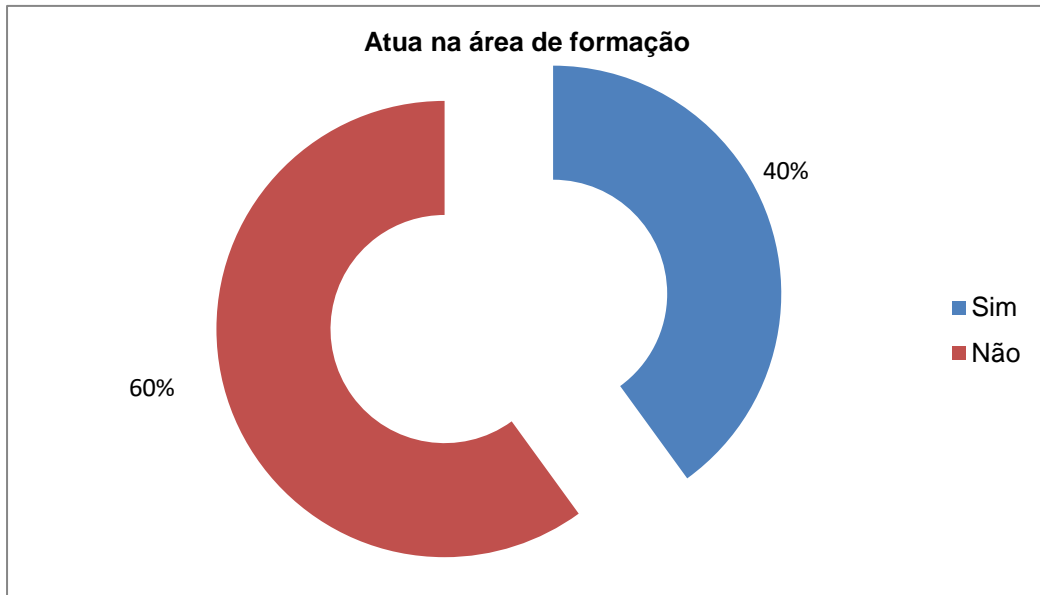
Fonte: Autor (2018)

Apesar da crise econômica e política no Brasil, 63% dos egressos afirmaram que estão trabalhando. Alguns na área de formação, outros atuando em outras áreas. Um fator interessante, é que, estão trabalhando dentro do estado, mais

precisamente na regional de Porto Nacional, ou seja, nas proximidades do IFTO – Campus de Porto Nacional.

É visualizado no gráfico 15 que 60% dos participantes não estão atuando na sua área de graduação.

Gráfico 15 – Atua na área de formação.

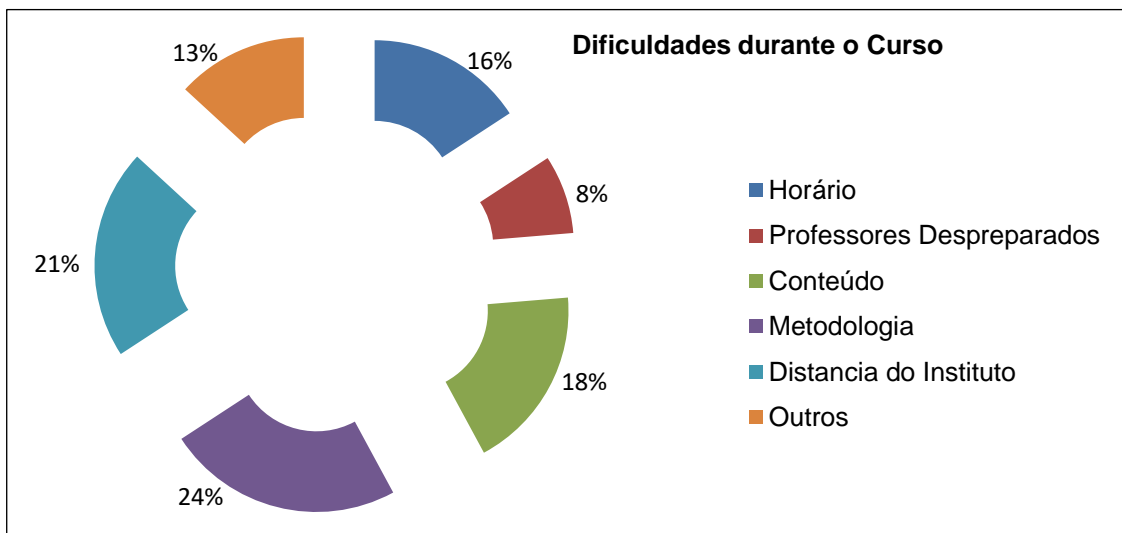


Fonte: Autor (2018)

Os dados coletados demonstram que 40% dos egressos estão atuando na área de formação: nas áreas técnicas, docência, gestão, administrativa e gerência tanto na iniciativa privada como no setor público.

A pesquisa apresentou várias dificuldades enfrentadas pelos egressos, a que mais se destacou foi à metodologia inadequada na ministração das aulas seguida da distancia do IFTO – Campus Porto Nacional (ver gráfico 15).

Gráfico 16 – Dificuldades durante o curso.

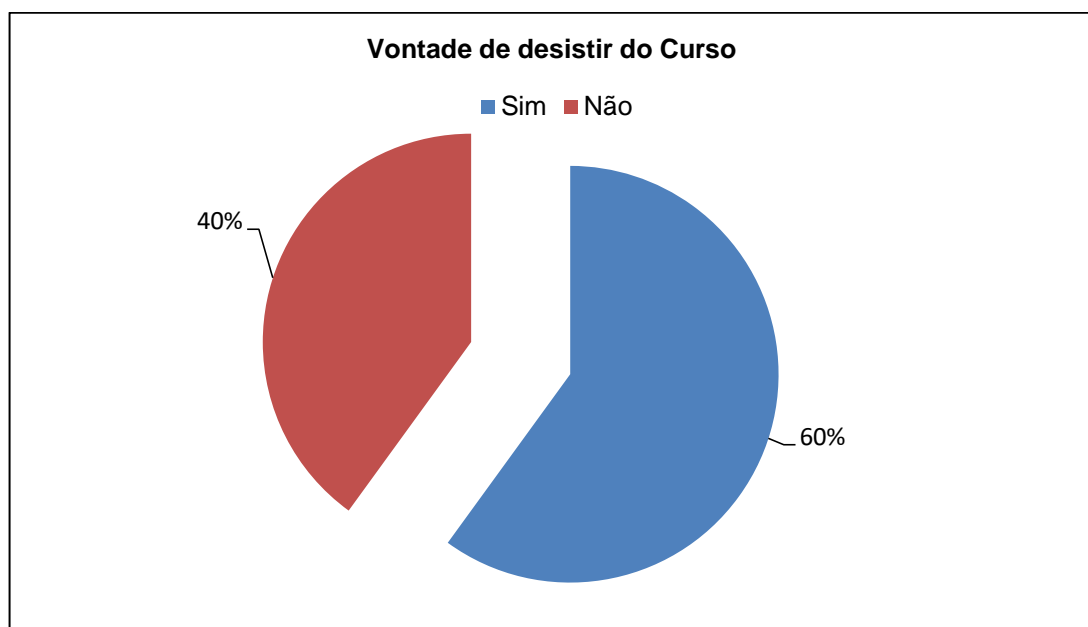


Fonte: Autor (2018)

Sobre as dificuldades enfrentadas durante o curso alguns indicadores foram apontados como obstáculos para a conclusão. Foi detectado que 16% das dificuldades estão relacionadas ao horário de término das aulas, 8% ao despreparo de professores, ou seja, professores ministrando disciplinas sem a habilitação devida. 18% estão relacionados com o conteúdo das disciplinas, 24% com a metodologia utilizada na transmissão do conteúdo para os alunos, 21% referem-se à distância entre a residência dos egressos e o Instituto, principalmente para os que residem em outros municípios. E por fim, 13% apontaram outros fatores como: falta de dinheiro, trabalho, estudos, meio de transporte utilizado, falta de incentivo por parte dos professores, cuidar dos filhos, outro curso pela nota do Enem, falta de tempo necessário para dedicação satisfatória.

É demonstrado no gráfico 17 que a maioria (60%) dos participantes teve vontade de desistir durante a graduação.

Gráfico 17 – Vontade de desistir do Curso.

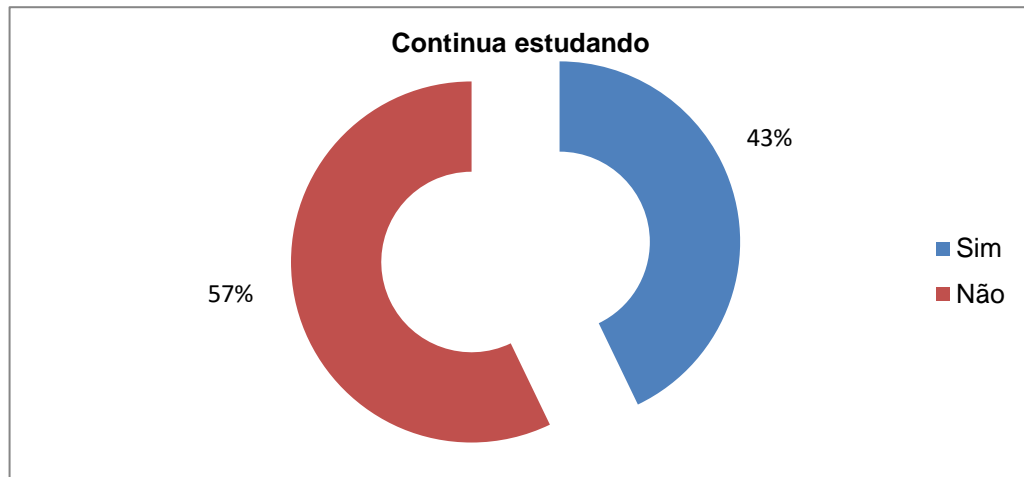


Fonte: Autor (2018)

A pesquisa demonstra que 60% dos egressos participantes tiveram desejo de desistir do curso em face às dificuldades apresentadas no gráfico 15. Porém, 40% em nenhum momento pensaram em desistir, o que revela comprometimento com a educação e motivação por parte dos colegas e professores.

No presente, a pesquisa aponta que 57% dos participantes não estão estudando (veja gráfico 17).

Gráfico 18 – Continua estudando.



Fonte: Autor (2018)

Um percentual de 43% continuou estudando fazendo outras graduações e dentro deste percentual, aparecem alguns que dedicaram a cursinhos preparatórios para concursos ou cursos complementares de línguas estrangeiras. Já, um percentual de 57% afirmou que não continuaram estudando de nenhuma maneira. Uma informação negativa e preocupante, mas ao mesmo tempo, oportunidade de desenvolver estratégias e especializações para agregar esse público que ficou ocioso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados coletados por meio da pesquisa demonstram que os impactos sociais (acessibilidade, desigualdade no acesso a escolaridade, inclusão educacional, empregabilidade dos alunos) e os impactos educacionais (diversidade de cursos, qualidade no conhecimento científico, capacitação profissional, política de ensino vertical, taxas de reprovação e evasão escolar) de fato ocorreram em uma colossal intensidade com a implantação do Instituto Federal na regional de Porto Nacional. Isso é observado pelos inúmeros alunos das cidades circunvizinhas que estão matriculados no instituto, inclusive alunos da capital, Palmas.

Pressões políticas, sociais e empresariais marcaram o surgimento do IF campus Porto Nacional. As autoridades políticas entenderam que o Instituto Federal seria benéfico para fortalecer o sistema educacional da cidade de Porto Nacional. A sociedade, principalmente os interessados em crescer profissionalmente, buscou mais capacitação técnica para ingressar no mercado emergente na cidade. Já, os setores produtivos principalmente do agronegócio, reclamavam da falta de mão de obra qualificada para ocupar as vagas que surgiam continuamente. Atendendo esses clamores a instalação do IFTO – campus Porto Nacional surge para ser instrumento de minimização destes gargalos.

O IFTO - campus de Porto Nacional tem a sua frente inúmeros desafios. Um deles é ampliar sua estrutura física para disponibilizar outras atividades relacionadas à grade curricular. O maior de todos os desafios é manter a intensidade dos impactos e a influência na região, porém, os mecanismos e as estratégias atuais como o programa de assistência estudantil ajudarão bastante no alcance deste objetivo.

A evasão escolar diminuiu bastante, mais ainda é grande a quantidade de alunos que deixaram os estudos sem concluir os cursos e outros precisam apenas apresentar o TCC. Faz-se necessário desenvolver estratégia para reintegrá-los ao ambiente acadêmico, e assim alcançar a colação de grau.

Os dados apresentam muitos egressos satisfeitos com a graduação, encerrando a carreira estudantil. Esse público perfaz uma oportunidade/demanda para o IFTO, campus Porto Nacional a ser explorada, seja por outros cursos de graduação ou pós-graduação.

Em contexto geral, o IFTO campus Porto Nacional atende as demandas e as expectativas, com as adequações citada acima, tende a ficar bem melhor.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ivonete Maria da Silva. **Acessibilidade física nas escolas públicas. Um problema de gestão?** 2012. 62 f. Monografia. (Especialização) – Curso de Pós-graduação em Gestão Pública Municipal, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Disponível em: <repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1691/1/CT_GPM_II_2012_33.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2012.

CARVALHO, Kátia de. Disseminação da informação e da biblioteca: passado, presente e futuro. **O ideal de disseminar: novas perspectivas, outras percepções.** Salvador: EDUFBA, 2006.p. 9-27

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Parecer CNE/CEB 17/2001 – Homologado. Brasília/DF, agosto/2001, publicado no DOU 17/08/01, seção 1, p.46.

CONEXÃO TOCANTINS – O Brasil se encontra aqui. **Porto Nacional lidera criação de empregos no Estado; Produção agrícola do Município é destaque.** Disponível: <https://conexaoto.com.br/2018/10/03/porto-nacional-lidera-criacao-de-empregos-no-estado-producao-agricola-do-municipio-e-destaque>. Acessado: 02/08/2018.

DORE, Rosemary. **Evasão e Repetência na Rede Federal de Educação Profissional.** Maceió/Alagoas: XXXVII REDITEC, setembro/2013, p.5,11.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS - *CAMPUS* PORTO NACIONAL: **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Logística.** Porto Nacional/TO, 2010, pág.7,10.

_____. Lei nº 9.394 de 20/12/1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília/DF: 1996.

_____. Lei no 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília/DF: 2008.

LIRA, Daiane. **Acessibilidade na educação superior: novos desafios para as universidades.** Florianópolis/Santa Catarina: X ANPED SUL, outubro/2014, p.3.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar – O que é? Por quê? Como fazer?.** São Paulo: Editora Moderna Ltda, Ed 1ª, 2003, p. 15.

NEY, Marlon Gomes, CARVALHO, Ailton Mota de, SOUZA, Paulo Marcelo. **Desigualdade entre ricos e pobres no acesso a educação no Brasil rural e urbano.** Rio Branco/Acre: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 20 a 23 de julho/2008, p.2.

PACHECO, Eliezer. **Institutos Federais: Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. São Paulo: Editora Moderna Ltda, 2011, p. 12, 13,17,52.

PADILHA, Rosana de Fátima Silveira Jammal; FILHO, Domingos Leite Lima. **A oferta de Educação Profissional Verticalizada nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, o que há de novo?**. Curitiba/Paraná: XI ANPED SUL, julho, 2016, p.3.

PARO, Vitor Henrique. **Reprovação Escolar, renúncia à educação**. 2 ed. São Paulo: Xamã, 2001, p.117.

PREFEITURA DE PORTO NACIONAL: **IFTO- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Campus Porto Nacional**. Disponível: <http://www.portonacional.to.gov.br/pagina-rede-de-ensino-superior-iftto-i>. Acessado: 18 de fevereiro 2017.

REVISTA BRASILEIRA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA/Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília/DF: v. 1, nº 1, junho, 2008, p. 7.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – **Documento Subsidiário à Política de Inclusão**. Brasília/DF, 2015, p. 23 e 33.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – SETEC. **Institutos Federais uma conquista de todos os brasileiros**. Brasília, 2010, p. 2.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – SETEC. **Institutos Federais um novo modelo em educação profissional e tecnológica - Concepção e Diretrizes**. Brasília, 2010, p. 6,14, 26, 27, 38.

SILVA e SILVA, Institutos Federais: Diversidade de Sujeitos, Formações Plurais. **Revista Científica Interdisciplinar**, Minas Gerais, vol. 2, nº4, p. 3, Outubro/Dezembro 2015.

SILVA, Wilney Fernando. **Evasão Escolar nos Cursos Técnicos Integrados do IFBA Campus Eunápolis**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBAQ/Eunápolis. Bahia, 2010, p. 13.

SILVA, Cleonice Maria; SILVA, Regina Maria. **Institutos Federais: Diversidades de Sujeitos, Formações Plurais**. Minas Gerais: Revista científica Interdisciplinar, nº4, volume 2, artigo nº30, outubro/dezembro, 2015, p. 4, 6.

SILVA, Tatiana Oliveira Couto. **A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: Uma Proposta para Diminuição da Taxa de Reprovação no Instituto Federal do Paraná (IFPR) – Campus Ivaiporã**. Juiz de Fora, 2015, p. 59, 74.

SOARES, José Francisco. **Educação, Desigualdade e Pobreza**. Fundação Roberto Marinho. Rio de Janeiro: Caderno Artigos Digital – Por que pobreza? Educação e Pobreza, 2014, p. 37.

VASCONCELOS, Natália Batista. Programa Nacional de Assistência Estudantil: **uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil**. *Ensino Em-Revista*, Uberlândia, v. 17, n. 2, 2010, p. 599-616.

YIN, R. **Pesquisa de Estudo de Caso: Design e Métodos**, 2nd ed, Thousand Oaks, CA: Sage Publicações, 1994.

APÊNDICE A: Questionário aplicado aos alunos egressos

FORMULÁRIO DE QUESTIONÁRIO DE ALUNO EGRESSO

Informações iniciais:

Data: ____/____/____

Local: _____

Dados do sujeito da pesquisa:

Data de nascimento: ____/____/____

Sexo: () masculino () feminino

Estado civil: () casado () solteiro () outro

Onde reside: _____

Está cursando pós-graduação? Qual?

Questões relacionadas a pesquisa:

- a) Como você foi informado sobre o IFTO/*Campus* Porto Nacional?
 () Internet () TV () Jornal () Rádio () amigo () outros
- b) O que gerou inicialmente seu interesse para estudar no IFTO/*Campus* Porto Nacional?
- c) () por ser gratuito () localização () qualidade no ensino () falta de opção () por ter o curso que desejava cursar () outros. Quais? _____
- d) Qual meio de transporte você utilizava?
 () bicicleta () moto () carro próprio () coletivo () outro
- e) Você trabalhou ou teve alguma atividade remunerada durante seus estudos?
 () Sim () Não. Se sim quanto tempo e qual a finalidade? _____
-
- f) Onde você morava antes de ingressar no IFTO/*Campus* Porto Nacional?

- g) Onde e como você mora atualmente?

- h) Qual ano concluiu o curso? _____
- i) Quanto tempo você estava afastado (a) da escola? _____
- j) Quais foram as maiores dificuldades enfrentadas durante o curso? Como superou?
 () Horário () Professores despreparados () Conteúdo () Metodologia
 () Distância do Instituto () Outros
- k) Você teve vontade de desistir? () Sim () Não
 Se sim qual motivo? _____
- l) Os serviços de assistência estudantil contribuíram para a sua permanência no curso? () Muito () Razoavelmente () Pouco () Nada
- m) Ocorreu alguma mudança em você, após a conclusão do curso? () sim () não
 Se sim em quais aspectos? _____
- n) Já trabalhava antes de ingressar no IFTO/*Campus* Porto? () Sim () Não. Se sim qual trabalho? _____

- o) Se sente preparado para o mercado de trabalho, visto que, concluiu o curso?
() Muito () Razoavelmente () Pouco () Nada
- p) Está trabalhando atualmente? () Sim () Não. Se sim () Na sua área de formação () Em outra área.
- q) Houve promoção após a conclusão do curso? () Sim () Não. Se sim () Salarial () Mudança de Cargo () Outro _____
- r) Em sua opinião a implantação do IFTO/*Campus* Porto Nacional transformou a regional de Porto Nacional? () sim () não
- s) Se sim em quais aspectos? _____
-
-